



BIONASA COMBUSTIVEL NATURAL S/A

Goiânia 12/01/2012

EXMO. SECRETÁRIO DE AGRICULTURA FAMILIAR
SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER
SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
BRASÍLIA/DF

Ref.: Consulta Pública sobre nova IN que substituirá a IN nº 1 de 19/02/2009

Prezado Senhor:

Primeiramente expresso nossa satisfação em participar das discussões acerca do Selo Combustível Social, que cada vez mais se consolida como um dos componentes mais importantes na política de inclusão social do país.

Gostaria também de pontuar a situação atual de nossa empresa no âmbito do Selo Combustível Social:

Estamos em processo de solicitação do Selo Social junto a este Ministério, documento o qual se encontra protocolado sob Nº 7.993/2011.55. Para atender aos critérios de concessão do Selo Social firmamos contratos junto à agricultura familiar na região Sul do país com base na Instrução vigente e, como o adiantado da safra praticamente impede novos contratos, a empresa não tem meios de ampliar o montante de contratos (para atender a ampliação de percentual de agricultura familiar) assim como de fazer contratos na própria região (como exigido na minuta) pelo mesmo motivo, de forma que seria penalizada por mais de um ano, tendo cumprido os requerimentos para atendimento da instrução em vigor.

Isto posto, junto às considerações apresentadas a seguir, ponderamos acerca da importância da definição dos prazos que as empresas que, assim como a Bionasa, já possuem arranjos produtivos estruturados terão para se adequar à nova legislação e de como o MDA irá avaliar os pedidos de concessão do Selo Social que se encontram em processo de análise respaldados pela Instrução Normativa em vigência, de forma concisa e em consonância com a atual situação do programa.

Cordialmente

Ramon Barrozo de Jesus
Analista de Agronegócios
Bionasa Combustível Natural S/A



Neste relatório é apresentada a análise e um conjunto de sugestões da Bionasa Combustível Natural para a Instrução Normativa do Selo Combustível Social colocada sob consulta pública pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

As sugestões apresentadas foram elaboradas com base na avaliação de dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, da Agência Nacional do Petróleo – ANP e da Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB, tendo em consideração a atuação da empresa e o cenário atual do mercado de biodiesel e da produção de culturas oleaginosas no país. As propostas visam unicamente o fortalecimento do Programa Nacional de Biodiesel e o Selo Social, desta forma a empresa se coloca a disposição para discutir as questões que propõe.

1 AQUISIÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR

1.1 Percentual Mínimo de Aquisições

A redação atual dada pela IN nº 01 de 19 de fevereiro de 2009 traz os seguintes percentuais: 30% para as regiões NE, Semi-Árido, S e SE; e 15% para as regiões NO e CO. A nova proposta altera estes valores, já para a safra 2011/2012, para: 15% para a região CO, 20% na região N, 30% nas regiões SE, NE e Semi-Árido; e 40% para a região Sul.

A manutenção do percentual de 15% para a Região CO é plausível dado que a região conta, atualmente, com 28 das 65 empresas de biodiesel autorizadas a operar no país e metade destas contam com o selo social representando cerca de 32% da capacidade instalada das empresas certificadas. Ou seja, tomando como matéria-prima a soja, a grosso modo, nos valores atuais, seriam necessários cerca de 600.000 toneladas de grãos da agricultura familiar¹ para atender à demanda das empresas de biodiesel que possuem selo social, somente na região. Este número por si só já supera a estimativa da capacidade de produção da agricultura tipicamente familiar do Centro Oeste.

No âmbito do PNPB como um todo, a manutenção de 30% de aquisições para as regiões Nordeste e Semi-Árido causará pouca ou nenhuma mudança no cenário atual da produção de oleaginosas e inserção da agricultura familiar destas regiões no programa. Prova disto é que apesar de todo foco dado pelo programa a estas regiões, elas pouco corresponderam na produção de matérias-primas nos últimos anos, como exemplo têm-se a produção de mamona, apresentada como cultura de grande potencial e que, segundo dados do IBGE, apresentou decréscimo de mais de 35% da área cultivada na região Nordeste entre os anos de 2005 (início do PNPB) e 2010, mesmo com a atuação de grandes empresas do setor como a Brasil Ecodiesel e a própria Petrobrás.

Outra cultura dada como potencial para o Nordeste e Semi-Árido é o girassol que, apesar do expressivo aumento da área plantada nos últimos cinco anos (passou de pouco mais de 500 hectares para cerca de 5,4 mil hectares de 2005 a 2010 em toda a região Nordeste) apresenta valores relativamente baixos dada a amplitude do programa. Com relação à região Sudeste apesar de ser o maior mercado consumidor de biodiesel do país a participação de sua agricultura familiar no programa ainda é pouco expressivo. Das 36 empresas detentoras do Selo Combustível Social, somente seis estão localizadas entre os Estados de MG, SP e RJ representando cerca de 18% da capacidade de produção das empresas certificadas, isto posto, segundo números divulgados pelo próprio MDA a região Sudeste teve participação de apenas 4% sobre o total de aquisições da agricultura familiar em 2010.

Sugestão da empresa: reduzir o percentual mínimo de aquisições para 20% nas regiões NE, Semi-Árido e SE de forma a estimular maior atuação das empresas nestas regiões.

¹ Considerou-se que a soja da agricultura familiar é utilizada para produzir biodiesel, o preço da soja é de R\$750/t, que o valor do bônus com Astec seja de R\$25,00/t e que o óleo vegetal fora da agricultura familiar custa R\$2.000,00.



O aumento para 20% na região Norte pode vir a se tornar um gargalo à continuidade do desenvolvimento do programa de cultivo da palma de óleo na região, isto porque o dendê ainda é uma cultura de elevado custo de implantação, algo em torno dos R\$6 mil por hectare e cujo retorno se dá somente a partir do quarto/quinto ano de plantio. Desta forma uma empresa que tenha em planos fomentar a produção de palma de óleo para a agricultura familiar na região necessitará de aporte expressivo de capital e ainda terá de suportar os primeiros anos sem retorno da cultura, inviabilizando o interesse na cultura.

A situação na região Sul é a que pode se tornar a mais agravante, com grande impacto negativo no programa. Sabe-se que, apesar da redução nos últimos anos, a soja ainda é a matéria-prima mais utilizada na produção do biodiesel com, aproximadamente, 72% de participação na matriz energética do biocombustível. Sabe-se também que a região Sul participou com mais de 68% das aquisições da agricultura familiar em 2010, como divulgado pelo próprio MDA. Isto ocorre pelo fato de a base produtiva nesta região ser mais estruturada em relação às demais, havendo grande número de estabelecimentos familiares participando do programa com maior capacidade de organização e forte atuação de cooperativas e associações, aumentando a atratividade perante as empresas de biodiesel.

Atualmente mais de 30% das empresas detentoras do selo social têm arranjos com a agricultura familiar no Sul do país, a conseqüência deste movimento das empresas é uma sobrevalorização da soja proveniente da agricultura familiar desta região. O preço médio praticado no mercado local para a tonelada de soja em grão fora da agricultura familiar nos últimos dois anos ficou em torno de R\$700, considerando os aportes que as empresas detentoras do selo devem fazer para pagamento de bônus e assistência técnica este valor passa para cerca de R\$750 quando o grão é adquirido da agricultura familiar, um ágio de mais de 7% pagos sobre a soja originada na região Sul.

O cenário atual permite dizer que mais do que inserir a agricultura familiar no programa de biodiesel a compra de grãos no Sul do país está gerando uma "inflação" sobre a soja e que pode piorar ainda mais caso o percentual de aquisições mínimo passe dos atuais 30% para 40% como é preconizado pela nova IN. Caso as empresas não mudem sua estratégia de originação de soja na região pelo aumento do percentual obrigatório, haverá um aumento da competição entre empresas dentro do mercado, onde aquelas que possuem condições para aportar grande volume de capital dentro das cooperativas irão se sobressair criando uma relação de dependência das cooperativas e restringindo ainda mais o mercado.

Estima-se também que mais de 30% da soja produzida no Sul seja proveniente da agricultura familiar, outro fator importante é que boa parte das empresas que atuam na compra da soja na região tiveram de ampliar seu ramo de negócios em função da compra do grão, passando a atuar também na comercialização de grãos, farelo e óleo. Desta forma é plausível inferir que, caso a tendência de aumento nos preços da soja proveniente da agricultura familiar continue no Sul do país, todo o complexo da soja na região poderá ser afetado.

Sugestão da empresa: manter o percentual de aquisições mínimo na região Sul em 30% visando não onerar ainda mais o programa e por conseqüência todo o complexo da soja na região.

1.1.1 Realização de 30% das aquisições na região de localização da unidade industrial na safra 2011/2012, passando para 50% no ano safra 2012/2013

Esta é uma exigência praticamente inexequível para quase todas as regiões do país. Analisando alguns dos critérios colocados pelo MDA para solicitação/concessão do Selo Combustível Social temos os seguintes itens constantes na normativa:

Item 01 – Dos Contratos com a Agricultura Familiar